

POLÍTICA BRASILEIRA

O mais influente boletim de análise
política para o mercado financeiro.

DESDE 1992

Jair Bolsonaro

STF inicia julgamento do ex-
presidente

Auxílio Gás

Governo lança programa de olho
em 2026

ARKOADVICE.COM.BR

SHS Quadra 6, Bloco C, 8º Andar
Complexo Brasil, 61
Asa Sul, Brasília-DF
CEP 70316-000





TENDÊNCIAS DA SEMANA

CLIMA POLÍTICO

O STF inicia o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus acusados de tentativa de golpe de Estado em 2022. O presidente Lula lança o programa Gás do Povo, reformulação do programa Gás para Todos. Na Câmara, o governo tenta avançar com o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. O Senado pode votar PEC dos Precatórios e projeto do devedor contumaz. O IBGE divulga o PIB do segundo trimestre do ano.

Julgamento de Bolsonaro

Começa na terça-feira (02) o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros sete réus que integram o “núcleo 1” da tentativa de golpe de Estado em 2022. São eles: Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil; Mauro Cid, ex-ajudante de ordens; Alexandre Ramagem, deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Almir Garnier, almirante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional; e Paulo Sérgio Nogueira, general e ex-ministro da Defesa.

A primeira sessão ocorrerá das 9h ao meio-dia, com a leitura do relatório pelo ministro-relator Alexandre de Moraes, que apresentará um panorama das provas reunidas. As sessões seguintes serão nos dias 3, 9, 10 e 12 de setembro. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá até uma hora para a sua sustentação oral. Os advogados dos oito réus também vão dispor de uma hora cada. O primeiro a votar será Alexandre de Moraes, seguido dos ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.

TENDÊNCIA > CONDENAÇÃO DO EX-PRESIDENTE

Reforma Administrativa

A Câmara promove, nesta quarta-feira (03), debate no plenário da Casa sobre a Reforma Administrativa, que está sendo discutida em um Grupo de Trabalho na Casa. O relator é o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). O presidente da Câmara, Hugo Motta

(Republicanos-PB), disse que o tema é uma de suas prioridades neste semestre. A ideia é apresentar três textos: um Projeto de Lei (PL), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Continua...



O texto da proposta deve vedar a aposentadoria compulsória como forma de punição a juízes e promotores e abrir a possibilidade de demissão no Judiciário por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A complexidade da matéria, a resistência de servidores públicos e a proximidade das eleições no próximo ano dificultam uma análise conclusiva do texto ainda este ano pelo Congresso.

TENDÊNCIA > AVANÇO, MAS SEM VOTAÇÃO CONCLUSIVA ESTE ANO

PL do Imposto de Renda

O presidente Lula (PT) disse em entrevista, na semana passada, que a Câmara pode votar nesta semana o projeto de lei que trata da isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Mas ainda há pressões por ajustes.

Há resistências quanto às medidas compensatórias previstas no texto, que incluem a criação de uma alíquota progressiva para quem recebe acima de R\$ 600 mil anuais, a taxação de lucros e dividendos superiores a R\$ 50 mil por mês e uma tributação de 10% sobre remessas de dividendos ao exterior.

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) defende o aumento da CSLL para bancos como forma de aumentar o desconto do IR de R\$ 7.350 para R\$ 7.590. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deve marcar uma reunião entre líderes partidários e a equipe econômica nesta semana para esclarecer dúvidas em relação ao projeto de lei.

A expectativa é de que a votação aconteça nos próximos dias e o texto seja enviado ao Senado.

TENDÊNCIA > AVANÇO NAS NEGOCIAÇÕES E APROVAÇÃO DO TEXTO

Governo lança Gás do Povo

O presidente Lula (PT) lança, na quarta-feira (03), o programa Gás do Povo. A estimativa é de que a ampliação do Auxílio Gás garantirá gás de cozinha gratuito a mais de 15,5 milhões de famílias (mais de 46 milhões de pessoas). Trata-se de uma aposta do governo para melhorar seus índices de popularidade.

O programa será instituído por meio de medida provisória. O governo federal deve incluir uma reserva de cerca de R\$ 5 bilhões para financiar o novo modelo do programa de auxílio a famílias carentes para a compra de gás de cozinha no Orçamento de 2026.

TENDÊNCIA > REPERCUSSÃO POSITIVA NA POPULARIDADE DO GOVERNO





AVALIAÇÃO SEMANAL DO GOVERNO

FISCAL ☹️ As contas do Governo Central registraram déficit primário de R\$ 59,1 bilhões em julho de 2025, informou o Tesouro. O resultado é o segundo pior para o mês, considerando toda a série histórica, iniciada em 1997.	GERENCIAL ☹️ Pesquisa AtlasIntel (20 a 25/08) mostrou que a desaprovação ao presidente Lula (PT) voltou a subir em relação à sondagem realizada em julho, passando de 49,7% para 51%. A aprovação oscilou de 50,2% para 47,9%.	ECONOMIA ☹️ O número de famílias com dívidas ou contas em atraso no país cresceu em julho. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que a inadimplência chegou a 30,2% da população brasileira — o maior nível desde setembro de 2023.
SOCIAL 😊 A desaceleração da criação de empregos e o aumento da inadimplência são os primeiros sinais do desaquecimento da economia previsto pelo governo e pelo mercado para o segundo semestre, consequência também da alta taxa básica de juros, maior nível desde 2006. Apesar da criação de 129,7 mil vagas formais em julho, o resultado representa uma queda de 32% em relação ao mesmo mês de 2024. É o pior julho desde 2020.	POLÍTICA 😊 De acordo com levantamento da AtlasIntel (20 a 25/08), o presidente Lula (PT) aparece atrás do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), na disputa sucessória de 2026. Tarcísio tem 48,4% das intenções de voto. Lula tem 46,6%. Em um confronto com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), há empate (48,3%).	





ANÁLISE DE CONJUNTURA

Principais temas de setembro

Setembro será bem movimentado nos Três Poderes, tanto do ponto de vista jurídico-político quanto na área fiscal.

No campo jurídico, com fortes repercussões na esfera política, ocorre o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros sete acusados no inquérito que investiga tentativa de golpe de Estado em 2022. O julgamento começa amanhã (dia 2, terça-feira) e a previsão é de que se encerre no dia 12. A partir da esperada condenação do ex-presidente, a oposição deve intensificar as mobilizações no Congresso e nas ruas.

O governo tem uma agenda robusta no Legislativo ao longo do mês, com impacto fiscal relevante. Um dos temas prioritários na Câmara é o que trata da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. O governo está preocupado com a possibilidade de parte das medidas compensatórias ser rejeitada. Sem elas, o impacto seria de R\$ 100 bilhões.

O governo precisa também avançar na análise de algumas medidas provisórias. A MP nº 1.303/25, que trata de aumento de tributos (bets, aplicações financeiras etc.), tem prazo de validade até 8 de outubro. Assim, o relator, deputado Carlos Zaratini (PT-SP), vai apresentar seu parecer na segunda quinzena de setembro. Em

seguida, o texto será analisado pelo plenário da Câmara. O governo espera arrecadar R\$ 10,5 bilhões com as mudanças, em 2025, e R\$ 20,6 bilhões, em 2026.

A MP nº 1.300/25, que trata do setor elétrico, precisa ser votada até o dia 17, mas a Comissão Mista só foi instalada na semana passada.

No Senado Federal, espera-se avanço do projeto relacionado à regulamentação da Reforma Tributária (Comitê Gestor, PLP nº 108/22). A expectativa é de que no dia 17 seja votado o parecer do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No dia 29 de setembro, o ministro Edson Fachin assume a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição a Luís Roberto Barroso, ficando à frente da Corte no biênio 2025-2027. Alexandre de Moraes será o vice-presidente. Há especulações sobre a saída de Barroso do Supremo, o que abriria caminho para o presidente Lula fazer mais uma indicação para o STF.

Lula participará este mês da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York. Seu discurso deve se centrar em críticas ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil.

Nos dias 16 e 17, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne para decidir a taxa básica de juros, hoje em 15% ao ano.



Legislativo: as agendas possíveis e as improváveis

Em meio a um cenário político conturbado, marcado pela crise comercial com os Estados Unidos, pelo julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pela CPMI do INSS, o Congresso Nacional tem pela frente uma agenda extensa até o fim do ano. Contudo, nem todos os itens devem prosperar. Há propostas com maior chance de avanço, sobretudo as de interesse do governo, enquanto a oposição encontra mais dificuldade para aprovar a sua pauta prioritária.

A agenda do Executivo reúne medidas de forte apelo eleitoral, pouco suscetíveis à resistência parlamentar. Entre elas, está a redução nas contas de energia elétrica. A Medida Provisória (MP) nº 1.300/25, que pode ser votada em Comissão Mista esta semana, amplia a tarifa social de energia para famílias de baixa renda. Apesar de envolver questões regulatórias, a ampliação do benefício, uma prioridade do governo, encontra respaldo no Legislativo. Paralelamente, a MP nº 1.304/25 busca reduzir os impactos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o consumidor e também deve contar com apoio suficiente.

Nesta semana será lançado ainda o programa Gás do Povo, que garantirá o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade ao gás de cozinha. O tema será tratado por MP com aprovação praticamente certa. Bem como o Projeto de Lei (PL) nº 1.087/25, que amplia a faixa de isenção do

Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais, que será votado nos próximos dias na Câmara.

Essas propostas trazem, no entanto, impacto fiscal. Para compensar os custos, o governo aposta em aumento de arrecadação. O próprio projeto do Imposto de Renda prevê novas tributações sobre setores específicos. Além disso, a MP nº 1.303/25 estabelece regras para a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais. Apesar das críticas, a expectativa é de que essas medidas avancem no Congresso, por estarem atreladas ao financiamento das promessas de maior apelo social.

Já a segunda parte da pauta governista encontra maiores entraves. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, área dominada pela “bancada da bala”, enfrenta resistências e deve seguir tramitação lenta, assim como a regulação do ambiente digital. O PL nº 2.338/23, que trata do uso da Inteligência Artificial, e os projetos para disciplinar as *big techs* no Brasil são alvos de forte oposição e dificilmente terão avanço significativo este ano.

A oposição, por sua vez, tampouco deve obter êxito em suas propostas. O projeto de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (PL nº 2.858/22), que incluiria Bolsonaro, é considerado politicamente inviável no momento. Outras iniciativas, como a PEC da Blindagem (PEC nº 3/21), que busca limitar ações do Judiciário contra parlamentares, e a PEC do fim do foro privilegiado (PEC nº 333/17) também não contam com apoio suficiente e tendem a ficar pelo caminho.



Lula ensaia narrativa eleitoral

Na reunião ministerial da semana passada, o presidente Lula (PT) emitiu sinais de qual será a estratégia do governo para a sucessão presidencial de 2026. Conforme vem ocorrendo desde o tarifaço contra o Brasil imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no início de agosto, o mote do nacionalismo passou a nortear as ações de Lula.

Não por acaso, na reunião ministerial Lula e parte dos ministros portaram um boné azul com a frase “O Brasil é dos brasileiros”. Com o objetivo de defender a soberania nacional, o slogan “União e Reconstrução” foi substituído por “Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro”.

Dentro desse mote nacionalista estão inseridas críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu filho. Lula também continuará posicionando-se a favor da regulamentação das *big techs*, tema que desagrada a Donald Trump e à direita brasileira.

Desde o impacto negativo do tarifaço de Trump e do desgaste de Jair e Eduardo Bolsonaro, Lula encontrou na defesa da soberania uma marca para seu terceiro governo. Como vem ocorrendo desde 2022, ele busca manter “aquecida” a polarização com o bolsonarismo.

Seguindo essa estratégia, Lula começa a projetar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como seu adversário. Como consequência, Tarcísio será alvo do Palácio do Planalto. Na última sexta-feira (29), por exemplo, Lula disse que Tarcísio “não é nada” sem Jair Bolsonaro e que o governador “fará o que o ex-presidente quiser”.

Ainda que a defesa da democracia continue fazendo parte da narrativa governista, a mudança do slogan, conduzida pelo ministro da Secretaria de Comunicação, Sidônio Palmeira, e a provável condenação do ex-presidente Bolsonaro na ação penal da trama golpista devem fazer com que a agenda democrática não tenha em 2026 o mesmo apelo que em 2022.

Embora Lula tenha se apropriado da narrativa nacionalista, tirando essa pauta do discurso bolsonarista, as dificuldades encontradas pelo governo brasileiro em negociar com os Estados Unidos poderão enfraquecer o apelo eleitoral dessa agenda até 2026.

Um indício disso pode ser observado no resultado das últimas pesquisas. Além de a desaprovação do governo continuar mais elevada que a aprovação, os pré-candidatos da oposição, mesmo sendo menos conhecidos do que Lula, demonstram competitividade nas simulações de segundo turno contra o presidente. Além disso, ao contrário de eleições anteriores, a força do lulismo hoje no Nordeste é menor.

Tarcísio ganha terreno no espectro da direita

Após a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), começou a realizar uma movimentação mais forte no cenário nacional. Em Barretos (SP), durante a Festa do Peão, fez importantes sinalizações à base social bolsonarista: agradeceu tudo o que o Bolsonaro “fez por ele” e declarou que o ex-presidente está sendo vítima de “uma grande injustiça”.

Na semana passada, durante evento empresarial do grupo Esfera Brasil, Tarcísio defendeu que um presidente deve fazer “40 anos em 4”. E disse que o Brasil escolherá entre “olhar para o passado” ou “avançar para o futuro”, mencionando pautas que agradam ao mercado, como a desindexação da economia e a redução do número de ministérios.

Além do mercado, Tarcísio de Freitas também colheu manifestações de apoio no mundo político. Na abertura do 67º Congresso Estadual dos Municípios de São Paulo, o ex-presidente Michel Temer (MDB) elogiou Tarcísio, afirmando para as autoridades presentes que elas deveriam seguir o exemplo do governador paulista. O secretário de Governo e Relações Institucionais de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, disse que seu partido aguarda Tarcísio para pensar sobre os próximos passos rumo a 2026.

Embora seja o favorito em São Paulo caso dispute a reeleição no estado, o projeto nacional de Tarcísio, tendo o setor financeiro e o centro político como pilares – com o aval da boa posição nas pesquisas –, vem ganhando força. Com Jair Bolsonaro fora do jogo em 2026 e o desgaste de nomes ligados à família Bolsonaro, o *establishment* político e financeiro pode convergir em direção a Tarcísio.

Mesmo com as credenciais que acumula, Tarcísio de Freitas continua com desafios relevantes. Além de precisar ser o escolhido de Bolsonaro para disputar a Presidência, terá de construir um nome de consenso que unifique sua base no estado. Hoje, a alternativa mais competitiva é o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), que precisará renunciar ao cargo para concorrer a governador.

A construção do projeto nacional de Tarcísio passará por uma complexa engenharia política, já que sua ausência em São Paulo pode incentivar o Palácio do Planalto a viabilizar a candidatura do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) ou do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), ao governo estadual. Some-se a isso a disposição da família Bolsonaro de suceder o ex-presidente, sobretudo quanto ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o que poderá levar a tensões com Tarcísio.

Mesmo que Tarcísio tenha ganhado terreno no espectro da direita para 2026, a definição do(s) candidato(s) da oposição ao atual governo federal não deve ocorrer no curto prazo.

Ultimato de Lula acelera discussão sobre desembarque do governo

Na segunda reunião ministerial de 2025, realizada na última semana, o presidente Lula (PT) cobrou dos ministros fidelidade e defesa da gestão em eventos públicos, caso queiram permanecer no governo. O recado foi dado a todos os presentes à mesa, mas foi direcionado principalmente aos integrantes dos partidos União Brasil e Progressistas (PP), que recentemente oficializaram uma federação em evento no qual mantiveram um discurso contra o governo.

Há forte pressão interna no União Brasil para que o ministro do Turismo, Celso Sabino, filiado ao partido, deixe o cargo após a fala de Lula. Nesta quarta-feira (03), a legislatura pretende deliberar sobre a permanência ou a saída do ministro da Esplanada, ainda que Sabino pretenda ficar. Vale lembrar que os presidentes das siglas, Antônio de Rueda (União) e Ciro Nogueira (PP), são próximos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e, com a aproximação do pleito de 2026, ambos têm criticado cada vez mais a gestão de Lula.

Outros ministros, como Frederico de Siqueira Filho, das Comunicações, e Waldez Goes (PDT), da Integração e Desenvolvimento Regional, são indicações do senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso Nacional. Alcolumbre é contra o rompimento e atua como o principal interlocutor do partido com o governo.

Já o Progressistas comanda o Ministério do Esporte. A tendência é que esse bloco de ministros não deixe os cargos neste exato momento, mas espere uma maior proximidade das eleições presidenciais de 2026 e mais definições no campo da direita com a escolha do seu candidato. De qualquer maneira, a cobrança do presidente Lula acelerou as discussões sobre o desembarque ou não do governo.

Vale lembrar que tanto a federação União-PP quanto o restante dos partidos do Centrão possuem integrantes que defendem o governo petista e minimizam o embate. E os ministros argumentam que os cargos tendem a ser eleitoralmente positivos, em especial nos estados que representam. Sabendo disso, Lula não deve afastá-los, mesmo insatisfeito, já que precisa cultivar nichos aliados e garantir apoio para 2026. Além disso, ao alimentar rachaduras, Lula acabaria adiando um posicionamento oficial em oposição ao governo.

Vale lembrar que a federação União-PP ainda não tem candidato definido para 2026 e se divide entre duas possibilidades principais. Uma delas é o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que ainda não lançou pré-candidatura, mas é o nome com maior receptividade dentro do bloco, tendo o apoio do presidente do PP. Já a pré-candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), tem menos chances de prosperar na federação. De qualquer modo, os próximos meses serão decisivos para o bloco concretizar seus posicionamentos e tentar conquistar maior destaque político.



PLOA 2026 projeta superávit com ajuda de precatórios

O governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2026. A proposta prevê um superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 34,5 bilhões. Esse resultado só será possível devido à exclusão de despesas com precatórios, que não são contabilizadas para fins de cumprimento da meta fiscal por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Tais gastos somam R\$ 57,8 bilhões em 2026, e sem essa decisão haveria um déficit de R\$ 23,3 bilhões.

A previsão do Executivo para as receitas primárias é de R\$ 3,18 trilhões (23,04% do PIB), enquanto as despesas primárias totais são projetadas em R\$ 2,6 trilhões. Desse montante, R\$ 2,27 trilhões são destinados a despesas obrigatórias – como benefícios previdenciários (R\$ 1,12 trilhão), pagamento de pessoal e encargos sociais (R\$ 456,9 bilhões), além de outras obrigações –, enquanto R\$ 227 bilhões vão para despesas discricionárias. A reserva para emendas parlamentares foi estimada em R\$ 40,8 bilhões, sendo R\$ 26,6 bilhões para emendas individuais e R\$ 14,2 bilhões para emendas de bancada. Há ainda uma previsão de que as emendas de comissão, que não são impositivas, somem R\$ 11,5 bilhões.

O governo destacou a continuidade de medidas de revisão de gastos, como a modernização de benefícios sociais e a otimização de programas como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além da expectativa de aprovação de medidas legislativas que possam incrementar a arrecadação em cerca de R\$ 49,8 bilhões, parte delas condicionadas a votações no Congresso. A principal receita condicionada, segundo a equipe técnica da Fazenda, é a proposta que revise benefícios fiscais e corta 10% das isenções tributárias. O governo estima que esse projeto deva poupar R\$ 19,8 bilhões.

Apesar da previsão de um Orçamento mais desafogado que o deste ano, há incerteza em relação a algumas receitas esperadas. E o crescimento constante de despesas impositivas, como os benefícios previdenciários, põe em dúvida a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo e a possibilidade de o superávit se repetir nos próximos anos. Além disso, permanece a expectativa por cortes definitivos de despesas e por mais sinalizações de modernização e otimização dos gastos públicos.

Vale ressaltar ainda que, a partir de 2027, os gastos com precatórios não poderão mais ser excluídos das despesas para cumprimento da meta. Mesmo que as despesas sejam incluídas gradualmente, como propõe a PEC nº 66/23, o governo precisará cortar gastos para evitar o colapso da regra fiscal e das contas públicas.

Os Muitos Desafios do Sistema Financeiro

Uma sequência de eventos e situações colocou o sistema financeiro do país no centro das atenções. Recapitulando: recentemente, tivemos a questão do Pix, quando entrou em vigor ato da Receita estendendo o monitoramento das transações aos bancos digitais, fintechs e instituições de pagamento e que gerou imensa reação da oposição e obrigou o governo a recuar; em seguida, vieram as discussões sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para fazer frente aos desafios fiscais; e, posteriormente, dois desvios bilionários praticados por hackers, sendo o último na semana passada.

Se não bastasse, há outros temas: o imbróglio do Banco Master, cuja fusão ou aquisição pelo BRB, de acordo com a imprensa, encontra resistência dentro do Banco Central; e, nos últimos dias, as revelações em torno das ligações do crime organizado com fundos de investimento no âmbito da Operação Carbono Oculto, conduzida principalmente pelo Ministério Público de São Paulo e pela Receita Federal. O quadro tem desdobramentos políticos por conta da CPMI do INSS, que já mira alguns bancos. Agora, a partir dessa operação, ganha força a criação de uma CPI das fintechs.

A fragilidade dos bancos na pauta do INSS concentra-se no funil do chamado “empréstimo consignado”: coleta e prova de consentimento/autenticação falhas (especialmente com idosos); proteção de dados frouxa com assédio comercial; rede de correspondentes com baixa governança; e incentivos perversos, entre outros aspectos. O que desponta como um sinal de vulnerabilidade estrutural.

Mas não é tudo: existe também o receio de que a aplicação da Lei Magnitsky sobre autoridades brasileiras penalize bancos nacionais. A questão fica mais delicada à medida que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) avance, nas próximas semanas, e as ameaças de sanções a autoridades brasileiras se materializem de forma mais intensa.

Historicamente, o sistema financeiro brasileiro navegou em águas relativamente tranquilas. Mesmo com a crescente desbancarização, que reduziu a concentração nos grandes bancos, e o surgimento das fintechs e do Pix, o sistema permaneceu estável. No entanto, os eventos dos últimos 12 meses colocam bancos e autoridades em estado de alerta, já que os desafios envolvem não apenas o sistema e seu regulador, mas também atores políticos, judiciais, policiais e diplomáticos, além de questões tecnológicas. Os recentes ataques de hackers expõem uma vulnerabilidade assustadora do conjunto.

Arko Entrevista

Por Nathalia Kuhl

> **Deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE)**

O senhor foi o relator do PLP nº 108/24 (Regulamentação da Reforma Tributária), na Câmara. Agora o texto está no Senado, mas possivelmente retornará à Casa. Qual a sua opinião sobre eventuais mudanças no texto?

Está demorando. Conversei com o senador Eduardo Braga [MDB-AM] e ele me disse que no dia 15 de julho me entregaria o relatório de volta, mas já estamos no final de agosto. Falei com ele recentemente e ele me contou que está havendo um conflito entre a Frente Nacional de Prefeitos e a Confederação Nacional dos Municípios, e que ele está tentando resolver a questão. Estou aguardando para ver o que ele vai propor. Aqui na Câmara, vamos concluir o mais rápido possível. Já está combinado com o presidente da Casa, deputado Hugo Motta. Estou pronto. Assim que chegar aqui, quero trabalhar com um prazo máximo de dez dias para elaborarmos o relatório final.

É de autoria do senhor o projeto que obriga o governo a reduzir os benefícios tributários. Qual a espinha dorsal desse projeto?

A capacidade do governo de conceder incentivos fiscais ao setor privado esgotou. Mas é importante dizer que os benefícios não vão acabar, e sim diminuir. A empresa que tinha, por exemplo, 10% de benefício, poderá continuar com 9%. Essa é a essência do projeto. Para facilitar a aprovação do texto aqui na Câmara, minha sugestão é: o governo quer cortar 10% de uma vez só, mas eu propus fazer isso em



Dep. Mauro Benevides Filho.

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos

duas etapas: 5% em um ano e 5% no outro. Essa ideia repercutiu muito bem na Casa. Sinto que ainda há pontos que o governo deseja ajustar. E, ao invés de enviar uma nova proposta, o governo vai conversar com a gente. Essa discussão será conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Assim, poderemos identificar os pontos mais sensíveis, fazer os ajustes necessários no meu projeto e colocá-lo em votação. Acredito que, com diálogo, conseguiremos avançar com mais facilidade.

Como vice-líder, o que acha do processo do "tarifaço" dos Estados Unidos, até agora não resolvido? Como o governo brasileiro está se movimentando em relação a isso?

A primeira tarifa de 50% foi imposta por razões políticas. A sugestão que dei ao vice-presidente, Geraldo Alckmin, foi que ele conversasse diretamente com o vice-presidente dos Estados Unidos, abrindo o diálogo com Donald Trump. Carta vai, carta vem... isso não resolve. A minha proposta sempre foi pelo diálogo direto. Sem isso, não vejo como avançar nessa questão.

AGENDA POLÍTICA DA SEMANA

NESTA SEMANA

- O presidente Lula (PT) discute **minerais críticos e terras raras** brasileiras com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa, e representantes do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMP).
- A equipe econômica e lideranças partidárias se reúnem para discutir o projeto de lei que trata da isenção de **Imposto de Renda** para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.
- O projeto do **Orçamento da União de 2026** inicia tramitação no Congresso Nacional.
- Pode ser instalada na Câmara a Comissão Especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da **Segurança Pública**.

SEGUNDA-FEIRA (01/09)

- O **presidente Lula** se reúne, às 9h, com o Ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e o Secretário de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social, Laércio Portela. Às 16h, recebe o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcelo Weick. Às 16h30, tem encontro com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Fazenda, Fernando Haddad, e do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.
- A **CPMI do INSS** ouve o advogado Eli Cohen, apontado como responsável por reunir provas e conduzir investigações que revelaram o alcance do esquema de filiações forjadas e de cobranças ilegais sobre benefícios do INSS.

TERÇA-FEIRA (02/09)

- O **presidente da Câmara, deputado Hugo Motta** (Republicanos-PB), se reúne com líderes partidários para discutir a pauta de votações da semana.
- O Senado pode continuar a votação, em primeiro turno, da **PEC dos Precatórios** (PEC nº 66/23).
- O Senado pode votar projeto que trata do **devedor contumaz** (PL 125/2022).
- A Comissão Mista de Orçamento pode votar o projeto da **Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026** (PLN nº 2/25).
- Reunião, às 14h30, da Comissão Mista que discute a MP nº 1.300/25, que trata da **reforma do setor elétrico**.
- A Comissão Especial da Câmara que trata da regulamentação dos trabalhadores por aplicativo (PLP nº 152/25) realiza audiência pública com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, e com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.
- A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia o **julgamento do ex-**



presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outras sete pessoas, por tentativa de golpe de Estado. Haverá sessões também nos dias 3, 9, 10 e 12 de setembro.

- O IBGE divulga o resultado do **PIB do segundo trimestre** do ano.

QUARTA-FEIRA (03/09)

- Reunião da cúpula do **União Brasil** para decidir sobre a sua permanência na estrutura federal ou a entrega dos cargos que o partido ocupa.
- A Câmara dos Deputados realiza Comissão Geral para discutir a proposta da **Reforma Administrativa**.
- A Comissão Mista que discute a **MP nº 1.303/25**, que trata da tributação de bets e de aplicações financeiras, promove audiência pública para tratar de debêntures incentivadas LCIs, FIIs, LCAs e Fiagros com o diretor de Planejamento do BNDES, Nelson Barbosa, e representante da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), entre outros.
- A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara realiza audiência pública, às 9h30, sobre os desafios e as oportunidades dos **data centers no Brasil** e o PL nº 1.680/25.
- A Comissão de Educação da Câmara discute, às 16h30, a quitação de parcelas futuras do **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)** para estudantes adimplentes.
- Missão empresarial liderada pela **Confederação Nacional da Indústria** (CNI) visita Washington D.C., nesta quarta e quinta, para discutir a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos.
- O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) retoma a análise do processo que apura a **parceria entre as companhias aéreas Azul e Gol** por meio de um acordo de *codeshare*.
- O IBGE divulga a **produção industrial** em julho.

QUINTA-FEIRA (04/09)

- O presidente Lula (PT) lança, em Minas Gerais, o **programa Gás do Povo**, que pretende atingir 15,5 milhões de famílias.
- A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços divulga a **balança comercial** de agosto.

SEXTA-FEIRA (05/09)

- Arthur Watt toma posse como diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), às 8h, na Fundação Getúlio Vargas. Pietro Mendes também toma posse como diretor da agência.

DOMINGO (07/09)

- O **presidente Lula** (PT) participa, em Brasília, da celebração do Dia da Independência do Brasil.
- Estão previstas **manifestações** de esquerda e de direita em várias cidades do país.



POLÍTICA BRASILEIRA

EDITOR

Murillo de Aragão

EDITOR-CHEFE

Cristiano Noronha

CONSELHO EDITORIAL

Murillo de Aragão, Cristiano Noronha, Daniel Marques,
Carlos E. Bellini, Marcos A. Queiroz, Lucas de Aragão,
Michael López, Rildson Moura e Thiago de Aragão

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Murillo de Aragão

PROJETO GRÁFICO

Érica Passos

IN MEMORIAM

José Negreiros

POLÍTICA BRASILEIRA É UMA PUBLICAÇÃO DA ARKO ADVICE PESQUISAS LTDA E
AGÊNCIA BRASÍLIA EM TEMPO REAL • **PUBLICAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA**